



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROJETO BÁSICO
PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES DA CGU EM
EVENTOS DE CAPACITAÇÃO DE CURTA E MÉDIA DURAÇÃO

Curso de Governança de TI com

COBIT 2019 (EAD)

1. Objeto:

1.1. Contratação de 6 vagas, visando à inscrição de servidores da CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, lotados na unidade CGGOV/DTI/SE, no curso de Governança de TI com COBIT 2019 (EAD), promovido pela empresa Escola Superior de Redes.

2. Justificativa:

2.1. Oportunidade e utilidade da capacitação em relação às atividades desempenhadas pelo(s) servidor(es).

A participação no referido curso visa fornecer aos novos servidores, ingressantes na Casa, o conhecimento necessário para realizarem atividades relativas ao setor no qual estão inseridos, a Coordenação-Geral de Governança e Contratações de TI, uma vez que fornecerá subsídio para que consigam desempenhar as tarefas propostas pelo setor, as quais envolvem:

- coordenar e acompanhar as ações de governança de TI;
- gerir o portfólio e os projetos estratégicos da DTI;
- coordenar e acompanhar as aquisições de soluções de TI e as renovações contratuais;
- fomentar a inovação tecnológica; e
- elaborar e acompanhar o orçamento quanto às rubricas relativas a atividades de TI.

2.2. Informar o plano operacional, o PGC e as lacunas de competências que serão mitigadas pela ação.

Plano Operacional da CGGOV 2023: 1338765

A demanda está registrada no Plano de Contratações Anual 2023 cadastrado no iD 370003-13/2023 vinculado ao DFD nº 25/2023.

2.3. Explicitar a notória especialização:

Nos termos do inciso XIX, do art. 6º, da Lei n.º 14.133/2021, notória especialização pode ser definida como a qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, experiência, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Nesse sentido, o curso Governança de TI com CobiT 2019 proposto (2692466) atende às necessidades desta Controladoria-Geral da União, uma vez que o tema de Governança de TI vem a complementar as habilidades técnicas dos servidores lotados na Coordenação-Geral de Governança e Contratações de TI (CGGOV), a qual é responsável por realizar a definição, implantação, manutenção e gestão de Serviços de TI na Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI/SE/CGU),

O curso ofertado pela Escola Superior de Redes fornecerá aos servidores da CGGOV uma melhor compreensão a respeito de governança, processos e estratégias de TI, possibilitando a correta atuação em temas críticos para a DTI/SE/CGU, como a realização de tomada de decisão sobre o uso eficaz dos recursos de TI, considerando o planejamento, a gestão e o controle de processos de TI e a análise dos impactos estratégicos de TI nos negócios.

Conforme consta na documentação juntada a este processo, a Escola Superior de Redes (ESR) possui um histórico de prestação de cursos e treinamentos similares para outros entes públicos (conforme notas fiscais 2719543, 2720631, 2720638), demonstrando, desse modo, o seu desempenho anterior junto a entidades da administração pública.

A ESR demonstra também possuir experiência no campo de sua especialidade, por meio do Atestado de Capacidade Técnica (2717999), bem como equipe técnica qualificada, por meio do Currículo do Instrutor do curso (2718008), comprovando que o docente escalado para aplicação do conteúdo programático possui conhecimento prático e teórico para desempenhar tal atividade, de modo a atender com plenitude o objetivo proposto na contratação do curso.

Sendo assim, o curso apresentado atende as expectativas desta CGU quanto a aquisição de conhecimento por parte dos seus servidores para realização das atividades necessárias à Coordenação-Geral de Governança e Contratações de TI.

Ademais, segue termo de singularidade e notória especialização da Escola Superior de Redes (2692480)

A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), organização social, sem fins lucrativos, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e mantida por esse, em conjunto com os ministérios da Educação (MEC), das Comunicações (MCom), Turismo, Saúde (MS) e Defesa (MD), que participam do Programa Interministerial RNP (PRO-RNP), é responsável pela rede acadêmica brasileira de alta velocidade, que beneficia alunos, professores e pesquisadores. Está presente nos 27 estados do país e no Distrito Federal, conectando 1.174 campi e mais de 4 milhões de usuários. Com mais de 30 anos de atuação, a RNP ajudou a trazer a Internet para o Brasil. As conexões de alta velocidade de seu backbone alcançam o interior do país, viabilizando projetos de grande impacto nacional, como o “Amazônia Conectada”.

Para a execução de suas atividades, a RNP conta com uma unidade de serviço de capacitação, a Escola Superior de Redes (ESR), criada para garantir a capacitação, o desenvolvimento profissional e a disseminação de conhecimento em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), em especial junto às instituições conectadas ao Governo Federal. Nossa atuação apoia a RNP em sua missão de promover o uso inovador das TIC, colaborando com o desenvolvimento tecnológico, social e econômico do país.

Com mais de 17 anos de atuação, a ESR atende cerca de 1.100 instituições clientes e já capacitou mais de 36.000 alunos no Brasil, e também em alguns países latino americanos e africanos.

Nossa estrutura é composta por unidades próprias e de parceiros em 10 capitais brasileiras, com laboratórios que oferecem acesso individual aos alunos para a realização das práticas dos cursos. Além das 10 unidades a ESR possui parceria com todas as universidades federais, institutos federais e unidades de pesquisa, podendo entregar cursos em todos os estados da federação. Oferecemos aproximadamente de 60 cursos distribuídos

em 8 áreas distintas de formação, a saber:

- Administração e Projeto de Redes
- Administração de Sistemas
- Computação em Nuvem
- Governança de TI
- Segurança
- Desenvolvimento de Sistemas
- Métodos Ágeis e Inovação
- Ciência de Dados

Privilegiando uma abordagem prática de ensino, nossa metodologia presencial ou em EaD proporciona os mesmos recursos e ferramentas encontradas no suporte e gestão de TI em órgãos públicos e da iniciativa privada, preparando técnicos e gestores de TI para superarem os desafios de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e volátil.

A equipe acadêmica da Escola Superior de Redes é constituída por especialistas com larga experiência acadêmica e profissional, além de atuarem como facilitadores em programas de treinamento e desenvolvimento de competências e habilidades técnicas e gerenciais.

O corpo docente da ESR é criteriosamente selecionado, em sua maioria composto por mestres e doutores, e treinado em nossa metodologia. Além disso, nossos instrutores são atuantes e realizam, em conjunto com nossos especialistas temáticos, a gestão permanente do portfólio de cursos, mantendo-os sempre atualizados. Destacamos também a alta qualidade do material didático e conteúdos exclusivos da ESR, além do Ambiente Virtual de Aprendizagem, com acesso vitalício ao conteúdo.

A ESR possui diversos parceiros (ver <https://esr.rnp.br/parcerias/>) cujos conteúdos são adaptados à nossa metodologia, seja no conteúdo, seja na aplicação do material. Havendo apenas a exceção dos treinamentos que pertencem ao SANS (<https://www.sans.org/>). O SANS é um dos institutos mais reconhecidos do mundo na área de cibersegurança e seus conteúdos são ofertados no Brasil apenas pela Escola Superior de Redes. Por ser uma organização social sem fins lucrativos, as margens financeiras são direcionadas para a operacionalização dos treinamentos e para o reinvestimento em novos conteúdos.

Em função do exposto acima, acreditamos que a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, representada pela Escola Superior de Redes, seja capaz de oferecer a excelência em sua área de especialização, com a confiabilidade e o reconhecimento necessários para a oferta de ensino de alta qualidade, incluindo diversos conteúdos exclusivos, nas diferentes áreas que compõe o setor de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

O §3º do art. 74 traz a definição da notória especialização como sendo "o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato."

A notória especialização demonstra a “razão da escolha do fornecedor ou executante”, nos termos do inciso III, do art. 74, da Lei n.º 14.133/2021, da doutrina e da jurisprudência.

3. Do Evento de Capacitação:

Título: Governança de TI com COBIT 2019

Modalidade: Curso à distância

Local de realização: Curso à distância

Vagas: 6

Carga-horária: 24 horas

Período de realização: 13/ 03/2023 a 09/04/2023

Valor da Inscrição Individual: R\$750,00

Investimento Total: R\$ 4500,00

4. Da entidade promotora:

Razão Social: Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Nome de Fantasia: Escola Superior de Redes

CNPJ: 03.508.097/0001-36

Endereço: Rua Lauro Muller, 116, sala 1103 - Botafogo. Rio de Janeiro/RJ - 22290-906

Telefones: (61) 3243-4337 / 4338 / 4355

E-mail: atendimento@esr.rnp.br

5. Dados Bancários da Instituição:

Banco: Banco do Brasil

Agência: 1769-8

Conta Corrente: 127000-1

6. Justificativa do Preço:

A empresa apresentou nota fiscal de curso idêntico realizado para a Escola Judiciária do Estado do Piauí (NFSe SEI 2719543 e Nota de Empenho 2720477) emitida em 12/08/2022, no valor total faturado de R\$ 6.000,00 para 8 inscrições conforme descrito na Nota Fiscal. Assim, o valor unitário ofertado àquele órgão foi de R\$ 750,00.

A empresa apresentou nota fiscal de curso idêntico realizado para o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (NFSe SEI 2720631 e Nota de Empenho 2720634) emitida em 04/10/2022, no valor total faturado de R\$ 6.000,00 para 8 inscrições conforme descrito na Nota Fiscal. Assim, o valor unitário ofertado àquele órgão foi de R\$ 750,00.

Por fim, a empresa apresentou nota fiscal de curso idêntico realizado para o Comando do Exército (NFSe SEI 2720638 e Nota de Empenho 2720642) emitida em 12/08/2022, no valor total faturado de R\$ 2.025,00 para 3 inscrições conforme descrito na Nota Fiscal. Assim, o valor unitário ofertado àquele órgão foi de R\$ 675,00.

Portanto, o valor médio apresentado das notas fiscais foi de R\$ 725,00, valor compatível ao ofertado a CGU com variação de apenas 3,33%. Ademais, 2 (duas) das notas fiscais apresentadas tiveram valor idêntico ao ofertado. Assim, fica o preço justificado nos termos do Art. 7º, § 1º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

7. Fundamentação legal:

7.1. A base legal da contratação direta para a participação de servidores em curso é o inciso III, “f” do art. 74, combinado com o inciso XVIII, “f” do art. 6º, todos da Lei nº 14.133/21, que prevê a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos.

A referida norma dispõe:

“Art. 74”. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Art. 6º. Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.”.

Considerando o que determina o art. 5º da Lei 14.133/21, *in Verbis*:

“Art. 3º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#)”.

Observa-se que a regra é licitar. Para tanto, tratando-se de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal pode-se utilizar os tipos de licitação melhor técnica e preço, conforme art. 36, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/21, *In Verbis*:

“Art. 36. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.

§ 1º O critério de julgamento de que trata o caput deste artigo será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:

I - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;”.

Outra forma de licitar seria pelo critério do Menor Preço, na modalidade de Pregão, na forma da Lei nº 10.520/2002, mas observa-se pelas contratações dos diversos órgãos públicos que esse procedimento, muitas vezes, não permite a escolha de um profissional ou empresa que apresentem resultados satisfatórios. Principalmente, quando se trata de conteúdos específicos da Administração Pública.

Pelas razões expostas, e pela celeridade do processo de contratação de treinamento, entendemos que a Administração pode contratar cursos abertos ou fechados por inexigibilidade de licitação, na forma do art. 74, inciso III, “f”, combinado com o art. 6º, inciso XVIII, “f”, todos da lei nº 14.133/21.

8. Obrigações da contratada:

8.1. Tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto desta contratação, dentro dos parâmetros estabelecidos neste Projeto Básico e na proposta apresentada pela instituição promotora do evento, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;

8.2. Executar os serviços contratados tempestivamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos;

8.3. Manter, durante o período de prestação dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

8.4. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

8.5. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

8.6. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

8.7. Encaminhar a Nota Fiscal à CONTRATANTE no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o final do evento.

9. Obrigações do contratante:

9.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;

9.2. Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações e os esclarecimentos eventualmente necessários à prestação dos serviços;

9.3. Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto;

9.4. Efetuar o pagamento devido pela prestação dos serviços, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas;

9.5. Aplicar à CONTRATADA as penalidades cabíveis.

10. Pagamento:

10.1. O pagamento será efetuado à CONTRATADA por intermédio de Ordem Bancária, que será emitida no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, compreendido nesse período a fase de ateste desta – a qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da CONTRATADA e aceitas pela CONTRATANTE;

10.1.1. Para a execução do pagamento de que trata este subitem, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, CNPJ nº 26.664.015/0001-48;

10.1.2. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor;

10.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após a Nota Fiscal/Fatura ser conferida, aceita e atestada por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da CONTRATADA, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais e federais, conforme cada caso;

10.3. A critério da CONTRATANTE, poderão ser utilizados os créditos existentes em favor da CONTRATADA para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras de responsabilidade desta última;

10.4. No caso de eventual atraso de pagamento e, mediante pedido da CONTRATADA, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

AF = [(1 + IPCA/100)N/30 - 1] x VP, onde:

AF = atualização financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento; e

VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

11. Sanções Cabíveis:

11.1 O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do Objeto;

II - dar causa à inexecução parcial do Objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do Objeto;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o Objeto ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Objeto;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Objeto;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Projeto Básico as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste subitem será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do Item 11.1 deste Projeto Básico, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste subitem não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Objeto licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no Item 11.1 deste Projeto Básico.

(Nota explicativa: “deve-se definir, objetivamente, quais os percentuais a serem aplicado ao objeto da presente contratação, observado os limites mínimos e máximos estabelecidos no parágrafo acima”)

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste subitem será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Item 11.1 deste Projeto Básico, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste subitem será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Item 11.1 deste Projeto Básico, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste Item, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste subitem será precedida de análise jurídica e observará

as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste subitem.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste Item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.3. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do subitem 11.2 deste Projeto Básico, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.4. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do subitem 11.2 deste Projeto Básico requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste subitem será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste subitem; II - suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

11.5. Os atos previstos como infrações administrativas neste Projeto Básico ou em outras leis de licitações e Objetos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

11.6. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Projeto Básico ou para provocar

confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.7. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal. Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do Item 11.2 deste Projeto Básico, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de Objetos distintos.

11.8. O atraso injustificado na execução do Objeto sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista neste Projeto Básico.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Objeto com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

11.9. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste Item. Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do Item 11 deste Projeto Básico exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

11.10. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

11.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12. Disposições Gerais:

12.1 Depois de efetuada a inscrição em evento de capacitação, o cancelamento da participação do servidor deverá ser comunicado à CDCAP, por escrito, pelo dirigente da unidade organizacional, visando à possível substituição por outro servidor, com antecedência mínima, conforme determina o art. 70 da Portaria 2.217/2017.

12.2. Para dirimir questões judiciais relacionadas à execução do ajuste, fica fixada a Seção Judiciária Federal do Distrito Federal.

12.3. Dos atos praticados pela CONTRATANTE cabem recursos na forma prevista no art. 165, da Lei n.º 14.133/2021.

12.4. A Nota de Empenho terá força de contrato, conforme prevê o art. 95, da Lei n.º 14.133/2021.

APROVO o presente Projeto Básico, ratificando a importância do objeto para o desempenho das atividades desta Unidade e os elementos técnicos apresentados para fundamentar a contratação.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ANDRE GOMES DA SILVA, Chefe de Divisão**, em 09/03/2023, às 08:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO LUCIO CARVALHO OLIVEIRA, Auditor Federal de Finanças e Controle**, em 09/03/2023, às 08:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL SIMOES, Coordenador-Geral de Governança e Contratações de Tecnologia da Informação**, em 09/03/2023, às 08:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador 2720644 e o código CRC 1C4F1E61

Referência: Processo nº 00190.101927/2023-71
SEI nº 2720644